

# *Superior Tribunal de Justiça*

**AgInt nos EDcl no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.506.154 - MT  
(2019/0141795-0)**

**RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**AGRAVANTE : PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**  
**ADVOGADOS : EDYEN VALENTE CALEPIS - MS008767**  
**RENATO CHAGAS CORRÊA DA SILVA E OUTRO(S) -**  
**MT008184A**  
**FAGNER DA SILVA BOTOFF - MT012903**  
**MARISTELA DE FARIAS MELO SANTOS - RJ135132**  
**AGRAVADO : SANTANA MARQUES DE CAMPOS**  
**ADVOGADOS : VICTOR HUGO VIDOTTI E OUTRO(S) - MT011439**  
**THIAGO SILVA FERREIRA - MT020957**

## **EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. DECISÃO QUE DEFERIU A TUTELA DE URGÊNCIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. PROTELATÓRIOS. MULTA AFASTADA.

1. Ação de obrigação de fazer na qual foi proferida decisão deferindo a tutela de urgência para recebimento de requerimento administrativo a fim de apurar o direito ao seguro DPVAT.
2. Ausentes os vícios do art. 1.022 do CPC/15, rejeitam-se os embargos de declaração.
3. Afasta-se a multa do §2º do art. 1.026 do CPC/15 quando não se caracteriza o intento protelatório na interposição dos embargos de declaração.
4. Decisão de e-STJ fls. 876/877 reconsiderada. Agravo conhecido. Recurso especial conhecido e parcialmente provido.

## **DECISÃO**

Em virtude das razões apresentadas no agravo interno de fls. 925/935, reconsidero a decisão de fls. 876/877 e passo a novo exame do agravo em recurso especial interposto por PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado na(s) alínea(s) "a" e "c" do permissivo constitucional.

# *Superior Tribunal de Justiça*

**Agravo em recurso especial interposto em:** 18/03/2019.

**Concluso ao gabinete em:** 25/11/2019.

**Ação:** obrigação de fazer, ajuizada por SANTANA MARQUES DE CAMPOS, em face da agravante, em razão de recusa de recebimento de requerimento administrativo.

**Decisão interlocutória:** deferiu a tutela de urgência para determinar que a agravante receba o requerimento administrativo a fim de apurar o direito do agravado ao seguro DPVAT.

**Acórdão:** negou provimento ao agravo de instrumento interposto pela agravante, nos termos da seguinte ementa:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT - REQUERIMENTO PRÉVIO ADMINISTRATIVO - RECUSA DA SEGURADORA EM RECEBÊ-LO - PERIGO DE DANO CONSTATADO - OBRIGATORIEDADE DE RECEBER O PEDIDO - ART. 5º, §2º DA LEI 6.194/74 - TUTELA ANTECIPADA CONCEDIDA E MANTIDA - RECURSO NÃO PROVIDO.

O requerimento administrativo prévio é condição essencial para buscar em juízo o recebimento do DPVAT (STJ – 3ª Turma – AgRg no REsp 936.574/SP – Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO – j. 02/08/2011, DJe 08/08/2011).

Se a parte autora junta aos autos documentos que comprovam a recusa da seguradora em receber o pedido, deve ser determinado que ela cumpra essa obrigação já que é evidente o perigo de dano, consistente na impossibilidade de pleitear a indenização devida.

**Embargos de Declaração:** opostos pela agravante, foram rejeitados, com aplicação de multa.

**Recurso especial:** alega violação dos arts. 1.022, II, e 1.026, §1º, do CPC/15, bem como dissídio jurisprudencial. Além de negativa de prestação jurisdicional, sustenta que embargos de declaração opostos com o fim de prequestionamento não podem ser tidos como protelatórios nem gerar multa.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

**Julgamento:** aplicação do CPC/2015.

**- Da violação do art. 1.022 do CPC/2015**

# *Superior Tribunal de Justiça*

O TJ/MT foi claro ao concluir que: i) para ter o direito ao recebimento do seguro DPVAT, é necessário apresentar os documentos indicados no art. 5º, §2º, da Lei 6.194/74; todavia, a agravante se recusa a receber o pedido, tanto que houve notificação extrajudicial e registro de reclamação na SUSEP; ii) o questionamento sobre o deferimento ou não do pedido em razão de falta ou necessidade de complementação de documentos deve ser realizado durante o trâmite da regulação na via; neste momento, foi determinado apenas que ela receba o protocolo e não que o defira de plano, até porque isso requer análise mais aprofundada no momento oportuno.

Dessa maneira, no acórdão recorrido não há omissão, contradição, obscuridade ou erro material. É firme a jurisprudência do STJ no sentido de que não há ofensa ao art. 1.022 do CPC/15 quando o Tribunal de origem, aplicando o direito que entende cabível à hipótese, soluciona integralmente a controvérsia submetida à sua apreciação, ainda que de forma diversa daquela pretendida pela parte (AgInt nos EDcl no AREsp 1.094.857/SC, 3ª Turma, DJe de 02/02/2018 e AgInt no AREsp 1.089.677/AM, 4ª Turma, DJe de 16/02/2018).

Assim, observado o entendimento dominante desta Corte acerca do tema, não há que se falar em violação do art. 1.022 do CPC/15, incidindo, quanto ao ponto, a Súmula 568/STJ.

## **- Da multa por embargos de declaração protelatórios**

Da análise dos autos, percebe-se que os embargos de declaração interpostos pela parte agravante não possuem intuito protelatório, razão pela qual, de acordo com a Súmula 98/STJ, a aplicação da multa prevista no §1º do art. 1.026 do CPC/15 deve ser afastada.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, IV, "a", e V, "a", do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, CONHEÇO do recurso especial e DOU-LHE PARCIAL PROVIMENTO, apenas para afastar a multa por embargos protelatórios.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão,

# *Superior Tribunal de Justiça*

se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília(DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Relatora

